Ata nº 016/2023

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, na sala do Setor de Previdência, após o expediente, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Ana Paula Pizzolato da Silveira, Adão Chiavenato Machado e Elisandra Carloto Saciloto, nomeados através da Portaria nº 238 de 18 de junho de 2020 para sua reunião ordinária. No primeiro momento da reunião foi debatido o cenário econômico, onde podemos observar que em outubro onde no cenário internacional, nos Estados Unidos, após registrar sucessivas acelerações ao longo dos últimos meses ficando sempre acima dos 200 mil novos empregos, o mercado de trabalho norte americano expandiu menos do que o previsto em outubro. Foram criadas no período 150 mil vagas de trabalho frente a expressiva quantidade de 297 mil em setembro, com os principais ganhos mensais sendo aferidos pelos setores de saúde (58 mil), governo (51 mil), construção civil (23 mil) e lazer e hotelaria (19 mil). Em virtude das recentes greves ocorridas no setor automotivo, o mercado já projetava desaceleração em outubro, todavia, em ritmo menos acentuado, projetando uma expansão próxima a 180 mil novas contratações. Apesar da queda no volume total de empregos gerados, os salários mantiveram trajetória ascendente, variando 0,2% no mês e 4,1% na base anual. A taxa de desemprego também registrou leve alta na comparação com o mês anterior, subindo de 3,8% para 3,9%, correspondendo a um total de desempregados da ordem de 6,5 milhões de pessoas. O desempenho do mercado de trabalho aliviou às pressões sobre os juros domésticos dos EUA. A última reunião realizada pelo Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) no começo de novembro manteve os juros do país no intervalo entre 5,25% e 5,5%. Assim como na última reunião, o Comitê voltou a deixar em aberta a possibilidade de novos aumentos, com o mercado apostando no início do ciclo de queda do indicador apenas para o final de 2024. Em nota, o FOMC destacou os moderados mas contínuos ganhos de emprego, o bom ritmo de crescimento econômico do país – cujo PIB expandiu 4,9% no terceiro trimestre – e a manutenção de um quadro inflacionário ainda em alta, circunstâncias que justificam a atual austeridade monetária. Além da continuidade dos juros em patamar elevado, o FED segue diminuindo suas participações em títulos do Tesouro e demais papéis garantidos por hipotecas de agências. Por fim, registra-se que em setembro a inflação anualizada dos EUA permaneceu inalterada em relação a agosto, fechando o mês em 3,7%, ou seja, quase o dobro da meta de 2% estipulada pelo FED. Já na Zona do Euro e China, a inflação na Zona do Euro voltou a desacelerar em outubro, recuando 1,4 ponto percentual frente a agosto (4,3%) e encerrando o período em 2,9% na base anualizada, segundo informou preliminarmente a agência estatística europeia – EUROSTAT. Excluindo-se a volatilidade dos preços da energia, álcool, alimentos e tabaco, a chamada inflação subjacente caiu de 4,5% para 4,2% entre os dois últimos meses, indicando que de fato a política monetária restritiva adotada pelo Banco Central Europeu (BCE) começou a surtir efeito. No geral, todas as categorias tiveram seus preços crescendo em ritmo mais lento, com os preços da energia

recuando pelo sexto mês consecutivo. A expectativa atual é que a inflação atinja o patamar idealizado pela autoridade monetária (2% ao ano) até 2025. Todavia, se por um lado o contracionismo monetário dá indícios de sucesso no combate à inflação, por outro, seus efeitos sobre a atividade econômica tem sido cada vez mais evidentes. O PMI (Índice de Gerente de Compras) composto da Zona do Euro, que reúne a indústria e o setor de serviços, registrou novo recuou em outubro, caindo de 47,2 para 46,5 pontos, menor nível aferido nos últimos 35 meses. Após retornar ao campo positivo em setembro, o PMI oficial da indústria chinesa voltou a fechar abaixo dos 50 pontos em outubro, caindo de 50,2 para 49,5 pontos no intervalo do último bimestre, segundo informou o Escritório Nacional de Estatísticas. Nos últimos 7 meses a atividade manufatureira da China registrou retração em 6 oportunidades, puxado principalmente pelo baixo ritmo das exportações. Embora tenha se mantido acima da linha que separa contração de crescimento econômico, o PMI do setor de serviços também recuou em outubro, caindo de 51,7 para 50,6 frente a setembro. A estabilidade sinalizada pelo PMI de ambos os setores dialoga com o crescimento previsto para o corrente exercício, com as projeções mais recentes divulgadas tanto pela OCDE como pelo FMI indicando uma expansão pouco superior a 5%, ou seja, bem abaixo da média registrada ao longo dos últimos anos (8,7% entre os anos de 1994 a 2022). Já no cenário doméstico em outubro, o Bacen divulgou o índice de atividade econômica (IBC-Br) relativo a agosto, que após apresentar alta de 0,44% em julho, voltou a registrar retração mensal, recuando -0,77% e fechando a série em 146,56 pontos na série dessazonalizada. O desempenho ficou abaixo da mediana das estimativas, que projetava uma queda de -0,30%. Em relação a agosto do ano passado, o indicador registrou crescimento de 1,28%. Já em termos trimestrais, houve queda de -0,65% no trimestre encerrado em agosto frente os três meses imediatamente anteriores, acompanhado de uma alta de 1,52% na comparação com idêntico período de 2022. No ano e no agregado dos últimos 12 meses o IBC-Br ainda acumula respectivas altas de 3,06% e de 2,82%. O desempenho ruim de agosto é resultado de quedas em quase todos os setores da atividade econômica, sobretudo do setor de serviços, que responde por aproximadamente 70% do PIB total do país. O aperto das condições monetárias foi refletido diretamente no consumo das famílias, levando a quedas mais expressivas nas demandas por serviços de transportes, informações e comunicação. Soma-se a isso a dissipação dos efeitos positivos advindos do setor agrícola, cujas safras recordes obtidas no ano impulsionaram o crescimento nos últimos dois trimestres. As expectativas apontam para um resultado praticamente neutro do IBC-Br em setembro, culminando em uma variação negativa do indicador no terceiro trimestre do ano, contudo, sem comprometer a projeção atual de crescimento do PIB para 2023, estimada em torno de 3%. A balança comercial brasileira voltou a bater recorde em outubro, com as exportações superando as importações em US$ 8,959 bilhões, segundo informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Este foi o melhor desempenho para um mês de outubro desde o início da série histórica em 1989, com o resultado ficando 140,1% acima do obtido em idêntico período do ano passado. Pelo critério da média diária, as exportações praticamente permaneceram estáveis, variando apenas 0,7% em

relação a outubro de 2022, totalizando US$ 29,484 bilhões. A safra recorde de grão, em especial da soja, combinada com o aumento da produção de petróleo compensaram a queda internacional no preço de algumas commodities, fazendo com que novamente o aumento das exportações fosse impulsionado pelo aumento das quantidades embarcadas. A título de exemplo cita-se que o volume comercializado de soja, principal item exportado no último mês, cresceu 31,8% na comparação com outubro do ano passado. Em termos de valores comercializados, além da soja, cujo crescimento foi de 12,2%, também merecem ser destacadas as vendas de milho (10,6%) e trigo (10,12%). Por outro lado, o preço internacional das commodities seguiu a trajetória de queda verificada ao longo dos últimos meses, invertendo a lógica do primeiro semestre, quando o auge da crise geopolítica entre Rússia e Ucrânia implicou recorde no valor das cotações. Com efeito, as importações, também pelo critério da média diária, voltaram a recuar de maneira expressiva em outubro. A queda nos preços do petróleo e de seus derivados implicou retração das exportações em - 20,9%, correspondendo a um total adquirido do exterior da ordem de US$ 20,525 bilhões. No acumulado do ano a balança comercial brasileira também bateu recorde histórico, registrando um superávit de US$ 80,212 bilhões, representando um aumento de 57,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando o saldo positivo atingiu US$ 50,79 bilhões. Para o restante do exercício, as projeções oficiais do governo indicam novo recorde histórico, sendo projetado um superávit próximo a US$ 93 bilhões. Por sua vez, as expectativas do mercado seguem mais comedidas, com a Pesquisa Focus mais recente divulgada no começo de outubro estimando um resultado positivo pouco superior a US$ 75 bilhões. Na inflação, o IPCA, índice oficial da inflação brasileira, registrou leve desaceleração em outubro, variando 0,24% frente a alta de 0,26% ocorrida em setembro. Esse foi o quarto mês consecutivo de taxas positivas do indicador, que no ano acumula alta de 3,75%, enquanto no agregado dos últimos 12 meses a variação total contabilizada é de 4,82%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE oito tiveram inflação, com destaque para as altas dos grupos Transportes (0,35%) e Alimentação e Bebidas, ambos com significativa participação no cálculo do IPCA. De parte do grupo Transportes, o principal responsável pela alta foi o item passagens aéreas, cujos preços subiram em média 23,70%, exercendo o maior impacto individual no indicador de outubro (0,14 p.p.). Frisa-se que este item já vinha de uma alta de 13,47% em setembro. A inflação do segmento Transportes só não foi maior em virtude da retração de preços dos combustíveis, em especial da gasolina e do gás veicular, que recuaram respectivamente -1,53% e -1,23% no período. Por sua vez, após registrar deflação por quatro meses consecutivos, a alta do grupo Alimentação e Bebidas foi puxada tanto pela variação positiva de preços dos alimentos consumidos no domicilio como fora, com destaque para os aumentos dos preços médios da batata inglesa (11,23%), da cebola (8,46%), das frutas (3,06%) e do arroz (2,99%). No que tange às previsões para o decorrer do presente biênio, a última pesquisa Focus indicou queda nas previsões para 2023 e leve aceleração para 2024. Para o corrente exercício as projeções recuaram de 4,86% para 4,63%, enquanto para 2024 houve alta de 3,88% para 3,91%. O fluxo cambial brasileiro voltou a fechar no azul em outubro,

contabilizando um superávit de US$ 3,400 bilhões, segundo a prévia disponibilizada pelo BACEN. Vale repisar que a partir de 2023 a nova lei cambial passou a permitir que operações de até US$ 50 mil possam ser informadas ao Banco Central até o quinto dia útil do mês subsequente, razão pela qual os dados finais de cada período passarão a ser consolidados pela instituição com uma maior defasagem de tempo. O saldo positivo de outubro foi puxado pela performance da conta comercial, que envolve as operações de câmbio relacionadas às importações e exportações, anotando um ingresso líquido de recursos da ordem de US$ 4,099 bilhões. Registra-se que nas exportações estão incluídos US$ 2,153 bilhões em Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), US$ 4,714 bilhões em Pagamentos Antecipados (PA) e US$ 16,050 bilhões em outras entradas. De parte do segmento financeiro, que reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, bem como as remessas de lucros e pagamentos de juros e dividendos ao exterior, o resultado foi negativo, sendo contabilizada uma saída líquida de recursos de US$ 699 milhões. A conjuntura internacional caracterizada por juros altos, em especial nos EUA, segue instabilizando o fluxo de capitais, com os investidores estrangeiros preferindo a segurança dos treasuries americanos frente às opções das economias emergentes. Em outubro, a saída líquida de recursos da Bovespa ultrapassou R$ 2,4 bilhões, consistindo no pior resultado para este mês desde 2019, quando o déficit foi superior a R$ 9 bilhões. Por conseguinte, o dólar comercial avançou 0,29% ante o real, encerrando o mês negociado a R$ 5,041. No acumulado do ano, os primeiros dez meses de 2023 registram um superávit de US$ 24,060 bilhões, resultado da saída de US$ 22,887 bilhões pelo segmento financeiro e do ingresso de US$ 46,984 bilhões pelo canal comercial. A Taxa Selic, em linha com as expectativas do mercado, a última reunião do Copom, realizada entre os dias 31 de outubro e 1º de novembro, confirmou a terceira queda consecutiva da Selic. Repetindo as duas reduções anteriores, o colegiado cortou a taxa em mais 0,5 ponto percentual, com a Selic passando de 12,75% para 12,25%. Para última reunião de 2023, agendada para os dias 12 e 13 de dezembro, as projeções seguem indicando um novo corte de idêntica magnitude, sendo prevista uma taxa de 11,75% até o encerramento do corrente exercício. No geral, as pressões externas advindas dos juros americanos e dos conflitos geopolíticos ainda não pesaram proporcionalmente sobre o câmbio brasileiro, deixando de corroborar novas altas inflacionárias. Todavia, o Comitê novamente destacou em ata a necessidade de manutenção de um quadro contracionista, com a continuidade e com o ritmo do ciclo de queda da Selic respondendo à evolução do IPCA e à respectiva ancoragem de suas expectativas em torno da meta. No tocante a renda variável, de maneira análoga ao setor de renda fixa, a Bolsa brasileira seguiu sendo impactada pelas expectativas acerca do comportamento dos juros nos EUA, com os investidores estrangeiros mais uma vez realizando saques acima de seus aportes na Bovespa. Em outubro, a migração de recursos para os títulos da dívida pública norte-americana também foi favorecida pela instabilidade advinda do conflito entre Israel e Hamas, além da nova queda registrada no PMI chinês. Já do ponto de vista interno, as incertezas quanto ao cumprimento da meta fiscal para 2024 corroboraram o pessimismo do mercado, sobretudo no que se refere à versão final do projeto de Lei de Diretrizes

Orçamentárias a ser encaminhada para o próximo ano. Todo esse cenário culminou em uma variação mensal negativa do Índice Ibovespa de -2,94%, encerrando outubro no patamar de 113.146 pontos. No ano, o Ibovespa ainda acumula resultado positivo, contudo, registrando um ganho parcial de apenas 3,09% em 2023. Dentre as ações que compõem o Índice Bovespa, os maiores ganhos mensais ficaram por conta dos papéis Gol PN (GOLL4; 30,4%), Gafisa ON (GFSA3; 25,36%), Meliuz ON (CASH3; 11,21%), JBS ON (JBSS3; 10,97%) e Ultrapar ON (UFPA3; 9,07%). Pelo lado das baixas, os maiores prejuízos de outubro foram registrados pelas ações da Recrusul PN (RCSL4; -39,26%), Magazine Luiza (MGLU3; -36,79%), Multilaser ON (MLAS3; -35,51%), Ambipar ON (AMBP3; - 33,96%) e Braskem ON (BRKM3; -28,94%). A renda fixa repetindo o desempenho verificado ao longo do último trimestre, o setor de renda fixa voltou a apresentar a predileção do mercado por ativos de menor prazo, evidenciando uma maior aversão ao risco por parte do investidor. Os indicadores IMAs atrelados às carteiras de maior prazo foram mais uma vez impactados pela recente inclinação da curva de juros futuros norte-americana no cenário mundial. A resiliência apresentada pela inflação nos EUA e a manutenção de um mercado de trabalho ainda relativamente aquecido seguiram postergando a expectativa do início do ciclo de queda dos juros, percepção esta reforçada na ata da última reunião realizada pelo FOMC. O IMA-S, indicador de curtíssimo prazo que corresponde às LFTs em mercado com duração de apenas um dia, novamente apresentou a melhor performance entre os IMAs, registrando ganho mensal de 1%. Seguindo a mesma linha, o IRF-M1, que reflete os pré-fixados com prazos não superior a um ano, variou positivamente 0,96% em outubro. De outra banda, os pré-fixados de maior prazo avançaram apenas 0,12% no mês, contudo, ainda mantendo a liderança no ranking anual dos subíndices, apresentando retorno de 12,95%. Não obstante, o subíndice que representa as carteiras de maior duration, o IMA-B5+, referente às NTN-Bs com vencimentos superiores a 5 anos, foi aquele que amargou o pior prejuízo no mês, recuando -0,98%. Por sua vez, o IMA-Geral, indicador que expressa a rentabilidade dos títulos marcados a mercado com um todo, variou 0,30% em outubro, contabilizando um retorno anual de 10,92% até o presente momento. De acordo com o cenário econômico apresentado, o NESPREV obteve no mês de setembro uma rentabilidade de R$ 81.389,73 (oitenta e um mil, trezentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), o que representa um percentual de 0,27% ao mês, e perfaz 9,8919% da meta para o período e a meta acumulada (INPC + 5,20%) que fechou outubro em 7,48%. Dessa forma, a rentabilidade acumulada do NESPREV no ano está em R$ 2.688.184,85 (dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), possuindo de patrimônio R$ 30.120.834,95 (trinta milhões, cento e vinte mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos). A atenção está também para pequenas posições em renda variável, aproveitando o ciclo de oscilação da bolsa, onde até a presente data foram vendidas posições que já haviam sido negociadas anteriormente. E considerando o atual cenário, o valor do repasse mensal e da parcela foi alocado no SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA, CNPJ:19.196.599/0001-09, Enquadramento: FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a" e Disponibilidade dos recursos: D+1. ***Objetivo do Fundo:*** Obter

rentabilidade compatível com a variação do IRF-M 1. ***Característica do Ativo**:* Aplica, no mínimo, 80% de seus recursos em títulos públicos federais, ativos de renda fixa considerados de baixo risco de crédito e/ou cotas de fundos de índice que apliquem nos ativos mencionados anteriormente. Analisando os relatórios nota-se que os recursos do NESPREV estão em conformidade e enquadrados de acordo com a legislação, não possuindo nenhum ativo na carteira em desenquadramento. Tendo em vista a necessidade de planejamento, os membros do Comitê de Investimentos cumprindo o previsto nas legislações em vigor, deliberaram sobre a proposta de Política Anual de Investimentos para o exercício 2024. A Política de Investimentos foi elaborada pela consultoria Referência Gestão e Risco e analisada por este colegiado. A meta da Política de Investimentos será de INPC + 5,25% (taxa de juros)% a.a., seguindo as premissas da taxa parâmetro na Portaria MPS nº 3.289/2023, sendo que a estratégia alvo ficou em 100%. A Política de Investimentos para a sua construção foi observado que o presente documento foi elaborado conforme determina a **Resolução 4.963/2021 e Portaria 1467/2022.** Ainda, do presente documento, extraiu-se que as expectativas de mercado para o exercício de 2024, até o presente momento, sinalizam um caminho que passa pela continuidade do ciclo de queda da Selic, pela observância do teto inflacionário e por um tímido crescimento econômico, tendo em vista a defasagem do contracionismo monetário iniciado ainda em 2021. Soma-se a isso o olhar atento do mercado no que refere à condução da política fiscal, o que dificulta o estabelecimento de estratégias consolidadas sem carregar as incertezas do mercado e, consequentemente, os riscos. Nesse contexto, a calibragem da política monetária a ser conferida pelo BACEN precisará estabelecer um adequado equilíbrio entre controle inflacionário e retomada do crescimento econômico, além de manter respectiva cautela quanto ao rumo dos juros norte-americanos, uma vez que elevações acima do previsto podem limitar o ritmo de queda da Selic. Em síntese, a segurança e os prêmios atrativos pagos pelos títulos da dívida dos EUA incentivam a evasão de recursos, obrigando o Banco Central brasileiro a também ponderar essa variável quando da definição de sua política monetária. No mesmo sentido, torna-se necessário uma maior clareza quanto às regras do novo arcabouço fiscal, principalmente no que diz respeito às suas fontes de custeio, sob o risco de o Estado mais uma vez incorrer em déficit primário e, por consequência, agravar a relação dívida/PIB. O desafio é conciliar um orçamento já bastante ajustado com as diversas demandas sociais assumidas pelo Governo, sem que o aumento de receita previsto venha a obstaculizar ainda mais a retomada da atividade econômica. Do ponto de vista externo, além da preocupação com as taxas de juros norte-americanas, o desempenho da China, principal parceiro econômico do país ao longo dos últimos anos, também estará no horizonte dos investidores. Confirmando as atuais previsões da OCDE e do FMI, a China terá mais um ano de crescimento abaixo de sua média histórica, o que implicará prejuízo às exportações brasileiras, sobretudo das commodities, tanto no que se refere às cotações internacionais de preços quanto aos volumes embarcados. Os conflitos no Leste Europeu e no Oriente Médio também irão pautar a agenda econômica nacional, uma vez que novos choques de oferta reacenderiam o risco inflacionário, comprometendo as previsões de queda da Selic e exigindo esforços fiscais que

dificilmente estarão ao alcance do Governo na magnitude necessária. Diante deste cenário, a preferência segue sendo por títulos de prazos mais curtos, pelo menos nos primeiros meses de 2024, período em que as incertezas quanto à evolução dos juros nos EUA e à condução da política fiscal brasileira restarão potencializadas. A partir disso, os investimentos em títulos de maior duração poderão novamente tornar-se atrativos, especialmente se as expectativas de médio e longo prazo indicarem quedas da Selic em ritmo acima do inicialmente previsto. Todo esse contexto requer prudência na escolha pelas melhores opções, recomendando-se uma adequada e obrigatória diversificação do portfólio, cujas revisões periódicas deverão observar a evolução das variáveis macroeconômicas aqui ressaltadas. Nesse sentido, ganha cada vez mais importância as atividades de assessoramento técnico e profissional especializado junto à gestão pública. Considerando o posicionamento histórico nos investimentos do RPPS e ponderando o posicionamento dos seus gestores, ressaltamos que o RPPS possui o perfil de investidor: CONSERVADOR COM VIES MODERADO. Salientando que a Política de Investimentos poderá ser revista e avaliada a qualquer momento, desde que cumpridas todas as exigências. Em ANEXO, Quadro Resumo da Política de Investimentos – Resolução CNM nº 4.963/2021. Sendo estes os assuntos a serem tratados, encerra-se a presente ata, que após lida e estando em conformidade é assinada por todos os presentes. Nova Esperança do Sul - RS, 16 de novembro de 2023.